

A CASA MODERNISTA DE FLÁVIO DE CARVALHO:

ARTE, POLÍTICA E UM TERRITÓRIO EM DISPUTA?

PEDRO LUIZ STEVOLO UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, SÃO PAULO, BRASIL

Graduado em História pela PUC Campinas e em Filosofia pela Universidade de São Paulo. Vínculo Institucional: Universidade de São Paulo, pesquisador bolsista no projeto "A USP durante o regime autoritário: formas de controle e resistência na Universidade de São Paulo, 1964-1982". E-mail: pedro.stevolo@gmail.com

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i22p10-36>

A CASA MODERNISTA DE FLÁVIO DE CARVALHO: ARTE, POLÍTICA E UM TERRITÓRIO EM DISPUTA?

PEDRO LUIZ STEVOLO

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo problematizar e historicizar a situação atual e a impossibilidade de uso público da Casa Modernista da Fazenda Capuava de Flávio de Carvalho, localizada na cidade de Valinhos (SP). Para tanto, partiu-se de um breve histórico da atividade do artista no campo da arquitetura e das características de sua casa modernista. Em seguida, levantamos os entraves que se desenvolveram após a morte do artista, o processo de tombamento do imóvel, enquanto patrimônio histórico cultural, e as promessas da prefeitura da cidade de Valinhos. Como conclusão, desenvolveremos as questões apresentadas relacionando-as com a proposta de urbanização tomada pelo município – expansão de áreas particulares em detrimento de espaços públicos -, evidenciando como, neste caso, arte e política se entrecruzam, fazendo do espaço um território em disputa.

PALAVRAS-CHAVE

Flávio de Carvalho. Patrimônio cultural. Arquitetura moderna.

FLÁVIO DE CARVALHO'S *CASA MODERNISTA*: ART, POLITICS AND TERRITORY UNDER DISPUTE?

PEDRO LUIZ STEVOLO

ABSTRACT

The present work aims to problematize and historicize the current situation of Flavio de Carvalho's *Casa Modernista da Fazenda Capuava*, and the impossibility of its public use. To this end, the starting point was a brief history of the artist's activity in the field of architecture and the features of his modernist house. Next, we identified the barriers that arose after the artist's death, the process of granting the building its historical and cultural heritage status, and the promises made by the municipality of Valinhos. Finally, as a conclusion, we develop the questions presented, while relating them with the urban development path taken by the municipality – the expansion of private areas to the detriment of public spaces – demonstrating how art and politics cross each other in this case, making the space a territory under dispute.

KEYWORDS

Flavio de Carvalho. Cultural heritage. Modern architecture.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo problematizar a situação da Casa Modernista da Fazenda Capuava, construída por Flávio de Carvalho na cidade de Valinhos-SP em 1938. Patrimônio histórico cultural tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat) em 1982, desde a morte do artista, em 1973, vem sofrendo abandono e descaso devido à falta de política cultural consciente do município e a entraves que envolvem os herdeiros da família e o próprio Condephaat. Esse patrimônio, além do risco de ruína, é ameaçado pela crescente especulação imobiliária de condomínios horizontais de luxo, política tomada pela cidade desde meados da década de 1990, enquanto sua população carece de políticas culturais e de espaços públicos de vivência. Embora o tema seja amplo, iniciaremos esta análise apresentando o artista Flávio de Carvalho, sua relação com arquitetura e as características gerais de sua Casa Modernista. Em seguida, a partir dos dados de que dispomos, apresentaremos os entraves envolvendo a propriedade após a morte do artista, as promessas feitas pela prefeitura da cidade e a situação de abandono da casa até seu tombamento pelo Condephaat. Como conclusão, a partir da importância histórica e cultural deste patrimônio, faremos uma breve apresentação do histórico da cidade de Valinhos, relacionando-o ao perfil urbano atual definido pelo município, de especulação imobiliária,

condomínios fechados horizontais e espaços particulares em detrimento de espaços públicos, evidenciando o uso atual feito pela família, de modo a problematizar como, nesse caso, arte e política se entrecruzam, fazendo do espaço um território de/em disputa.

2 FLÁVIO DE CARVALHO E A ARQUITETURA

Agitador cultural, artista plástico, cenógrafo, jornalista, analista geopolítico, escritor, arquiteto e engenheiro de formação, Flávio de Carvalho (1899-1973), figura excêntrica ou mesmo marginal na história da modernidade artística brasileira, tem sido retomado nos últimos anos, como atestam recentes publicações e exposições acerca de seus trabalhos. Conhecido mais por suas pinturas e por suas polêmicas experiências artísticas, pouco se fala de sua produção no campo da arquitetura. Após concluir o curso superior em Engenharia Civil em Newcastle, norte da Inglaterra, na Universidade de Durhan, Flávio retornou ao Brasil em 1922 e passou a trabalhar no escritório Ramos de Azevedo até 1926, quando abriu seu próprio escritório no centro da cidade de São Paulo.

Se foi Gregori Warchavchick (1896-1972) quem publicou no Brasil o primeiro manifesto a favor da arquitetura moderna, em 1925, Flávio de Carvalho é quem realiza, em 1927, aquele que é considerado o primeiro projeto de arquitetura moderna no país. Sob o pseudônimo de *Eficácia*, o projeto excêntrico é feito para o concurso do Palácio do Governo do Estado de São Paulo. Embora derrotado, seu trabalho gera polêmica e produz discussões ao apresentar inovações estilísticas e estéticas para o período, rendendo três artigos de Mário de Andrade com elogios e críticas, publicados no jornal *Diário Nacional*¹.

Outros projetos vieram no ano seguinte, participando dos concursos da Embaixada da Argentina no Rio de Janeiro, da Universidade de Minas Gerais, em Belo Horizonte, e do concurso Internacional do Farol de Colombo na atual República Dominicana, neste último recebendo menção honrosa por sua originalidade. Acerca de seus projetos polêmicos e inovadores para o período, comenta João Carlos Durand (1991), “(...) em arquitetura, ele preferiu jogar para perder (...)”. Embora tenha saído derrotado de todos os concursos

1. *Arquitetura moderna – I* de 2/2/1928, *Arquitetura moderna – II* de 3/2/1928 e *Arquitetura moderna – III* de 4/2/1928. In: DAHER, 1982, p. 16, Nota 4.

dos quais participou, Flávio de Carvalho nunca deixou de realizar projetos que dialogavam com a tendência e proposta de arquitetura moderna que vigorava na Europa, porém, “Entra para a história da arquitetura brasileira por seus por seus projetos não realizados”. (DURAND, 1991 apud BRAGA, 2005)

Flávio de Carvalho se preocupou também em escrever sobre a questão da cidade moderna. Em 1930, participou no Rio de Janeiro do IV Congresso Panamericano de Arquitetos, apresentando a tese conferência *A cidade do homem nu*, na qual pensava na imagem de um homem “(...) despido dos preconceitos da civilização burguesa” (DAHER, 1982, p. 35, nota 11) e, com base na ideia da máquina e da lógica funcional, intencionava organizar as cidades por zonas, cada qual com sua função e construções concêntricas, pois “(...) as necessidades do homem serão concêntricas por ser a disposição concêntrica mais igualmente acessível a todos.” (DAHER, 1982, p. 101)

Seus projetos de arquitetura moderna, entretanto, só se concretizaram quando realizados em terras da família e construídos com verbas próprias. Em 1936, iniciou a construção da Vila Modernista, concluída em 1938: um conjunto de 17 casas de aluguel localizadas no atual bairro Jardim Paulista (São Paulo-SP), na esquina da Alameda Lorena com a Rua Rocha de Azevedo. As casas vinham com uma “bula”, folheto informativo explicando os modos de uso que potencializariam sua habitação, que destacava: “Casas frias no verão e quentes no inverno”.²

Em 1938, Flávio de Carvalho construiu a Casa Modernista da Fazenda Capuava, na cidade de Valinhos-SP.³ De acordo com Flávio, em entrevista concedida a Dulce Carneiro para a revista *Casa e Jardim* em 1958, sua casa é concebida “(...) dentro de uma visão poética, é produto de pura imaginação, tentando criar uma maneira ideal de viver”. (LEITE, 1983, p. 51) Com a conclusão da casa, Flávio passou a viver nela, que além de moradia funcionava como ateliê, onde vivenciava sua maneira ideal de viver. Afastada do centro urbano da cidade de São Paulo, a pacata cidade de Valinhos tornou-se seu refúgio de produção artística e intelectual, sendo visitadas por diversos amigos, intelectuais e artistas nacionais e internacionais que assinavam o livro de visitas. A casa era

2. Para uma descrição da Vila Modernista com imagens, ver: LEITE, Rui Moreira. *O Arquiteto Flávio de Carvalho*. In: 17º *Bienal de São Paulo*, São Paulo, 1983, pp. 47 a 53.

3. Vale acrescentar que à época da construção da casa, Valinhos ainda era um distrito vinculado à cidade de Campinas e sua emancipação ocorre apenas no ano de 1953. Porém, para todos os efeitos, utilizaremos sempre a denominação cidade de Valinhos.

(...) um misto de templo e aeronave, (...) uma aposta na continuidade do fazer artístico no espaço da existência (...). A reunião de materiais improváveis como o alumínio e a madeira, a escala dos espaços, a preocupação com detalhes como o tipo e a forma das maçanetas e armários, a policromia dos tetos, paredes e colunas, a conexão entre portas e janelas nas quinas de alguns cômodos, a integração entre espaços internos e externos, o paisagismo, enfim, a totalidade arquitetônica foi dimensionada cuidadosamente por Flávio de Carvalho. Mais do que uma máquina de morar, ele conseguiu um ninho ao mesmo tempo primitivo e futurista. (OSÓRIO, 2009, p. 29-35)

Destoante para os padrões da época, principalmente por se localizar em uma cidade do interior do Estado de São Paulo que teve grande imigração italiana e forte tradição católica e conservadora, a casa de Flávio de Carvalho vislumbrou sua maneira ideal de viver, onde natureza e “civilização” dialogam e o campo natural visa compor o cenário artístico do qual é composta a edificação, numa mistura de templo egípcio e arquitetura pré-colombiana, dialogando com a proposta moderna ou mesmo futurista, caracterizada principalmente por suas “asas” laterais, em concreto armado. Sua fachada é

(...)um trapézio muito alto, rosto permanente e grandioso de um vasto salão. (...) com seu perfil egípcio ladeado por palmeiras, refletindo na água da piscina. Lateralmente, duas varandas – como sempre, simétricas (...). (DAHER, 1982, p. 67-69)

FIGURA 1

Fachada da Casa com as varandas “asas” laterais e a piscina à frente.
Fonte: Foto do autor.
03.01.2015



No seu cotidiano, a casa vivenciava festas “anormais” e, quando o artista hasteava uma bandeira no mastro localizado ao lado da piscina, significava que seus empregados não poderiam se aproximar, pois os convidados, na maioria das vezes mulheres, estavam nadando nus, ou mesmo, alguma modelo estava posando para o artista realizar seus retratos de nus femininos.⁴

Tal excentricidade chocava os habitantes cidade, que o viam como louco, ou mesmo pervertido, chegando a ser “demonizado” pelo Monsenhor Bruno Nardini, padre da matriz e pessoa de fortíssima influência. A relação do “Comedor de Emoções”, como sugere J. Toledo no título de biografia escrita sobre Flávio, com o município e com a família é paradoxal e, para entendê-la, é necessário explanar o imbróglio envolvendo os herdeiros, o processo de tombamento da casa e a proposta de cidade do município, assuntos esses que trataremos a seguir.

3 O PROCESSO DE TOMBAMENTO E AS PROMESSAS DE UMA PREFEITURA

Na madrugada do dia 16 de maio de 1973, Flávio de Carvalho sofreu um acidente vascular cerebral e, como morava sozinho, não foi atendido prontamente. Foi encontrado de manhã, ainda com vida, por parentes que o encaminharam para a Santa Casa de Misericórdia de Valinhos. Entretanto, sua situação se complicou e Flávio não resistiu, falecendo no dia 4 de junho do mesmo ano.

J. Toledo, artista e amigo mais próximo de Flávio em seus últimos anos de vida, expõe na biografia que escreveu sobre o amigo detalhes do processo ocorrido após o falecimento. Toledo afirma que Custódio Ribeiro de Carvalho, tio de Flávio, deixou a cargo dele as decisões elementares sobre o processo. A passagem a seguir, embora longa, esclarece bem esses problemas.

No saguão do hospital, eu falava ao telefone com políticos solícitos que queriam providenciar homenagens e o enterro dele em São Paulo, no cemitério do Araçá, onde a família possuía jazigo perpétuo (...) enquanto Almeida Salles – então secretário particular do governador Sodré – oferecia-me a Biblioteca Municipal para o velório, Noêmio Mourão

4. Segundo depoimento do tio de Flávio Custódio Ribeiro de Carvalho na nota 43 do livro de Daher, op., cit., p. 73.

telefonava pra artistas e celebridades, e Luiz Saia então conselheiro do Condephaat, e a meu pedido perguntava detalhes sobre a grande casa modernista de Valinhos, que categórico, dizia, seria tombada *urgentemente*. (...) Os parques parentes locais do artista ficaram em silêncio absoluto! O antigo rancor existente entre eles há décadas era sentimento mais forte, e impedia-os de uma aproximação solidária na hora do luto e da dor. Sem eles, alguém deveria tomar várias providências finais. E assim, coube a mim a triste tarefa. (...) Ao meu lado, enquanto falava ao telefone, estava toda a casta política nativa tentando persuadir-me a que o artista fosse sepultado lá mesmo, na pequena cidade de Valinhos. (...) Pus-me a negociar com os políticos locais. (...) Arildo Antunes dos Santos – o Prefeito – na presença de vereadores, prometeu-me que, se eu concordasse com o sepultamento ali, Flávio teria todas as homenagens que São Paulo oferecia, e muitas mais: embalsamento, velório na Câmara Municipal, três dias de luto oficial, um monumento túmulo, nome numa rua, a restauração da casa e a instituição de um museu; recursos para publicar livro sobre o artista e a verba para se concluir meu filme sobre ele... Além disso, a Prefeitura dali arcaria com despesas hospitalares – como, a meu pedido já havia sido feito – e com a dos funerais, o que de fato se viu depois. E a família do artista morto não dera um pio. (TOLEDO, 1994, p. 728 – 729)

Das promessas feitas pela prefeitura, Flávio recebeu uma rua com seu nome, velório na Câmara Municipal, embalsamento e um “tumulozinho deprimente” realizado às pressas e secretamente na calada da noite, segundo Toledo, um ano após sua morte. Isso foi realizado depois da publicação de algumas matérias nos jornais de Campinas denunciando o abandono e a não realização de seu monumento-túmulo. (TOLEDO, 1994, p. 735)⁵

No dia 11 de setembro de 1973 o então prefeito Arildo Antunes encaminha ou uma carta ao Condephaat solicitando, “(...) dentro do espírito de eternizar o trabalho desse artista, conhecido internacionalmente, o tombamento dessa residência, e ulterior transformação em museu histórico de suas obras”. (SOUZA, 2009, p. 151) Porém, nos nove anos após a morte de Flávio, em que se seguiram

5. Monumento-túmulo de Flávio de Carvalho. *Diário do Povo*, Campinas, 30/03/1974; Preservação do patrimônio deixado por Flávio de Carvalho. *Correio Popular*, Campinas, 29/01/1974; e Flávio de Carvalho – um monumento para além da vida. *Correio Popular*, Campinas, 31/03/1974.

inúmeras manifestações de Toledo em relação ao tombamento e à situação decadente da casa, o Condephaat finalmente emitiu parecer final tombando a Casa Sede da Fazenda Capuava como “bem de valor histórico-cultural”, conforme a Resolução 42, de 12/5/82, publicada no Diário Oficial de 21 de maio de 1982.

FIGURA 2

Resolução de Tombamento da Casa Modernista de Flávio de Carvalho, publicada no Diário Oficial de 21 de maio de 1982. Disponível em : <<http://dobuscadireta.imprensaoficial.com.br/?&NumeroPagina=13&DataPublicacao=19820521&Caderno=executivo>>.

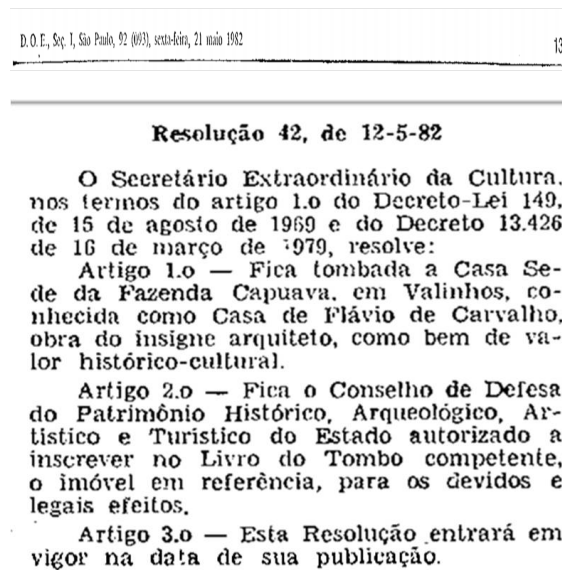


FIGURA 3

Ruínas da casa de Flávio (1988). TOLEDO, J. *Flávio de Carvalho: o comedor de emoções*. São Paulo: Brasiliense; Campinas: Editora da Unicamp, 1994. Foto de Emilion Kohn Neto.

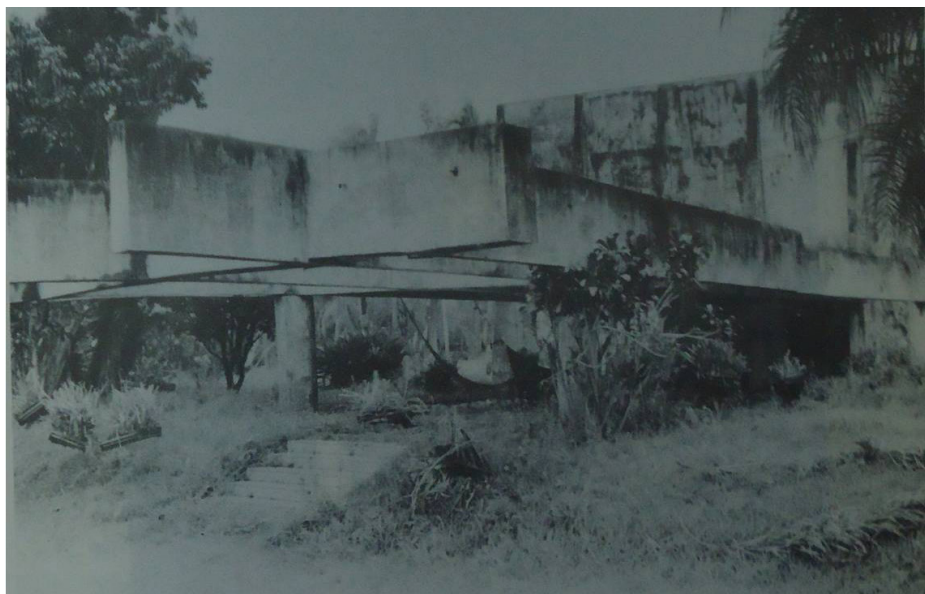


FIGURA 4

Ruínas da casa de Flávio após sua morte (1988). TOLEDO, J. *Flávio de Carvalho: o comedor de emoções*. São Paulo: Brasiliense; Campinas: Editora da Unicamp, 1994. Foto de Emilion Kohn Neto.



Com o imóvel tombado, em 24 de agosto de 1987, a prefeitura da cidade se manifestou novamente, através do prefeito Vitório Antoniazzi, sucessor do antigo prefeito Arildo Antunes, de acordo com Toledo, sobre “(...) a possibilidade de que a cidade venha a receber recursos através de convênios (...) para serem aplicados na conservação e restauração da casa de Flávio de Carvalho (...)”. (TOLEDO, 1994, p. 747, nota 25). Ainda segundo J. Toledo, a resposta do Condephaat se deu no dia 8 de outubro do mesmo ano e explicava a falta de recursos, colocando seu corpo técnico à disposição para elaborar os projetos de restauro cujas despesas seriam arcadas pela prefeitura de Valinhos - que se retrai e acaba nada fazendo.

Uma reportagem publicada no jornal *Diário do Povo*, de Campinas-SP, em 18 de dezembro de 1989,⁶ relata o estado de abandono da casa por parte do setor público e do Condephaat, que nada faziam para restaurar a casa e nem permitiam a restauração por parte da família, temendo que esta fizesse alterações na construção. Quanto à família, estes se manifestaram através de Lúcia de Carvalho, filha de Custódio Ribeiro, em depoimento ao jornal *Folha de São Paulo*, em 1991, onde afirmava que, depois do tombamento, “(...) o Condephaat só apareceu duas ou três vezes para inspecionar”. (TOLEDO, 1994, p. 747, nota 25)⁷

Para verificar a posição oficial em relação ao abandono do bem mencionado, verificamos junto aos processos arquivados no Condephaat, quais documentos tramitaram nesse período. Encontramos o processo nº 30965/1993, com o assunto *Recursos financeiros para obras de Restauração da Casa de Flávio de Carvalho, Valinhos*. O longo processo trata, em linhas gerais, da solicitação da prefeitura de Valinhos junto ao Condephaat e à Secretaria Estadual de Cultura, do auxílio para restauração do imóvel e das complicações que envolveram sua realização.

Na folhas nº. 11 a 25 do referido processo, encontramos um relatório de vistoria do arquiteto Flávio Luiz Marcondes Bueno de Moraes onde é apresentada sua situação de abandono e o estado de deterioração do imóvel, demonstrando sua preocupação em relação ao bem e da necessidade de se levantar verbas para seu restauro, datando de 5 de setembro de 1989. O relatório é seguido de uma relação de registros fotográficos feitos em junho de 1989 que evidenciam a argumentação do arquiteto.

Os trâmites burocráticos se arrastaram entre as instituições até dezembro de 1993, quando o Condephaat apresentou o orçamento das obras de restauro do bem, que seriam realizadas com verbas provenientes da Secretaria Estadual de Cultura. No ano seguinte, o jornal *Terceira Visão*, de Valinhos, publicou duas reportagens, nos dias 8 de janeiro⁸ e 2 de abril⁹, divulgando a obra de restauro do imóvel. De acordo com Oliveira,

6. FELISMO, David. Casa histórica abandonada em Valinhos. *Diário do Povo*, Campinas, 18 dez. 1989.

7. Falta de Manutenção ameaça casa de Flávio de Carvalho. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17 fev.1991.

8. Casa de Flávio de Carvalho começa a ser restaurada. *Terceira Visão*, Valinhos, 8 jan. 1994

9. Flávio de Carvalho: restauração da casa do artista deverá estar concluída em 60 dias. *Terceira Visão*, Valinhos, 2 abr. 1994.

(...) ocorreu uma licitação onde a construtora Sampaio Arruda ganhou e começou o seu trabalho em 29 de março de 1994. Foi dado um prazo de 60 dias para terminar a restauração, onde se constatou que a casa estava em péssimo estado. No jornal de Valinhos datado de 7 de janeiro de 1994,¹⁰ também foi divulgado a restauração, e neste também informado que a prefeitura de Valinhos estaria ajudando com o apoio técnico da Secretaria de Obras da Cidade. Essa restauração acaba não acontecendo por falta de verba e a casa continua sem reparos e sem uso (...). (OLIVEIRA, 2012, p. 44)

Porém, o que Oliveira não aponta é que as obras foram paralisadas devido à falta de pagamento à construtora. A folha nº. 105 do processo, datada de 19 de julho de 1994 e assinada por Sueli Ferreira de Bem, diretora técnica do Serviço Técnico de Conservação e Restauro (STCR), afirma que “(...) entraves burocráticos ou outro fator que desconhecemos, provavelmente junto à Secretaria da Fazenda do Estado, levaram já à paralisação completa das obras”. Apenas em 11 de junho de 1996 é que o processo recebeu novos documentos, quando o Governo do Estado de São Paulo, através de sua Secretaria de Estado da Cultura, emitiu o ofício G nº 551/96, folha 130, assinado pelo chefe de gabinete Antonio Vagner Pereira, endereçado a Ulpiano Bezerra de Meneses, então vice-presidente do Condephaat, no sentido de dar continuidade às obras de restauro liberando a verba necessária, que seria repassada à Secretaria de Cultura de Valinhos.

Entretanto, o referido processo se encerra nesse parecer da Secretaria de Estado da Cultura e não é possível saber se essa verba foi repassada à construtora responsável, se chegou ou se o restauro foi finalizado. A folha nº. 129 do referido processo apresenta uma saída ou mesmo, mais dúvidas. Este documento, datado pelo STCR de 10 de outubro de 1996 e assinado pelos arquitetos Walter Luiz Fragoni e Silvana S. N. Diniz, diz que: ao “(...) se constatar anormalidades no pagamento dos serviços contratados e dada a extensão dos atrasos ocorridos, cabe a abertura de novo processo de restauração do bem”. Entretanto, nenhum novo processo é mencionado nestes documentos e na pesquisa junto ao Condephaat não encontramos processo algum que dê continuidade a esse projeto de restauro.

10. Casa de Flávio de Carvalho começa a ser restaurada. *Jornal de Valinhos*, Valinhos, 7 jan. 1994.

Muitos anos se passaram desde a morte do artista e a promessa da Prefeitura da Cidade de Valinhos de transformar sua antiga casa em um museu. Até que, em 1998, o secretário de Cultura da cidade, Antônio Stopiglia, divulgou no *Jornal de Valinhos* de 14 de agosto¹¹ que a casa seria aberta à população, em um acordo entre prefeitura e a família. O contrato de empréstimo – sob regime de comodato com a família de Flávio de Carvalho – possibilitou que o espaço fosse aberto para visitação com agendamento prévio junto à Secretaria de Cultura. Tal iniciativa foi impulsionada em virtude da comemoração do centenário de Flávio e se estenderia até 31 de dezembro de 2000, com o fim do mandato do então, e novamente prefeito, Vitório Antoniazzi.¹²

Ao que parece, algumas visitações chegaram a ocorrer no período, mas matéria publicada no jornal *Correio de Valinhos* no dia 23 de març o de 2000¹³, afirmava que fora feita apenas uma limpeza na piscina e ao redor da casa, o resto continuou da mesma forma ou pior. De acordo com a prefeitura, através do secretário de cultura, quem deveria arcar com a restauração seria o governo estadual e governo federal, bem como o próprio Condephaat, já que a prefeitura não dispunha de verbas para as despesas.

A pesquisa realizada não encontrou nenhum documento que mencionasse esse processo de restauro e o contrato de comodato, porém, algumas pistas podem ser indicadas. No processo n . número 000286/1973, que solicita o tombamento da Casa de Flávio e Carvalho em Valinhos, observamos na folha 114 que Sandra Yumi Fujita pede ao Condephaat cópias do processo de tombamento do bem em 3 de Agosto de 2000, “ (...) para realização de uma pesquisa referente ao estado de conservação da fazenda Capuava para ser apresentada aos representantes do DO.CO.MO.MO.” J  na folha 118, encontramos outro pedido de vistas do processo de tombamento realizado pelo Instituto Ruy Othake em 25 de junho de 2002. Embora em si não apresentem a abertura de novos processos de restauro ou intervenções, os mencionados pedidos de vistas de processos pode indicar suas iniciativas que podem, futuramente, serem investigadas a partir de outros nomes de busca.

11. Casa de Flávio de Carvalho passa para municipalidade. *Jornal de Valinhos*, Valinhos, 14 ago.1998.

12. Casa de Flávio de Carvalho será aberta para visitação. *Terceira Visão*, Valinhos, 14 ago. 1998. Ver também: ANGIOLILLO, Francesca. Casa construída por Flávio de Carvalho em Valinhos (SP) beira   ruína, Folha de S. Paulo, Valinhos, 26 fev. 2002.

13. Prefeitura não cumpre promessa de restauração de casa modernista. *Correio de Valinhos*, Valinhos, 23 mar. 2000.

Desses pedidos de vistas de processos, o mais sintomático é o que encontramos na folha nº. 122 do processo de tombamento, onde a Prefeitura do Município de Valinhos solicita ao Condephaat a cópia integral do processo, com isenção de taxas das cópias, que: “(...) ajudará nos preparativos do restauro deste bem tombado – em fase de reativação - bem como forma de consulta para nosso Conselho Municipal de Cultura (CMC)”, assinado pelo Secretário de Cultura e Turismo Danilo Sérgio Sorroce, em 26 de setembro de 2008. Este pedido finaliza o processo de tombamento e não apresenta nenhuma evidência de abertura de novo processo de intervenção e restauração que se conecte a essa solicitação.

Até aqui, mais de 30 anos se passaram desde o falecimento de Flávio de Carvalho e das promessas feitas pelo então prefeito Arildo Antunes em relação ao território. Acusações ou meros devaneios políticos se sucederam ao longo dos anos, enquanto o patrimônio se deteriorava e a população não dispunha e nem usufruía desse aparelho cultural e patrimônio histórico cultural. Antes de adentrarmos à situação da casa, apresentaremos um breve histórico da cidade de Valinhos.

4 VALINHOS: UM NOVO PADRÃO DE CIDADE DORMITÓRIO E A CASA MODERNISTA DE FLÁVIO DE CARVALHO

Distrito de Campinas a partir de 1986, Valinhos foi parte das extensas fazendas de café que caracterizavam a região. Com o fim da escravidão, a região passou receber grande quantidade de imigrantes, em sua maioria de origem italiana, que no início do século XX representavam cerca de 90% de sua população¹⁴. Com a crise de 1929 e a conseqüente decadência da cultura cafeeira, boa parte dessas fazendas foi vendida e seus territórios subdivididos, mudando a dinâmica do distrito. Nesse contexto, as famílias de imigrantes mais antigas que já haviam juntado algum dinheiro passaram a adquirir propriedades, se fundamentando como poder político e econômico. Essa “casta” de famílias se firmou no comércio e agricultura, especialmente na plantação de figo roxo. Emancipada de Campinas em 1953, a então cidade de Valinhos, com aproximadamente 11 mil habitantes, tomou novos rumos com a instalação de indústrias de grande porte

14. É nesse contexto que o cafeicultor, Raul Resende de Carvalho (pai de Flávio) adquiriu terras na região, onde outros grandes cafeicultores do período já possuíam, com Orosimbo Maia, Antônio Egídio de Souza Aranha, Luiz de Campos Salles etc.

durante as décadas de 1960 e 1970, passando de 18 mil para 30 mil habitantes, respectivamente. Em 1978, já eram 50 mil habitantes.

O crescimento substancial do número de habitantes, impulsionado talvez pelo momento histórico, o chamado “milagre econômico”, e a consolidação no Brasil de uma população predominantemente localizada na região urbana, foi cenário da morte de Flávio em 1973.

Nos anos subseqüentes, observou-se uma nova dinâmica urbanística na cidade. De acordo com o texto *Valinhos: um novo padrão de cidade-dormitório?*, assinado em 2006 por Eliana Miglioranza e José Marcos Pinto da Cunha, se a urbanização crescente da cidade observada com a chegada de algumas indústrias nos anos 50, 60 e 70 estava vinculada à implantação de chácaras de lazer, fixando uma imagem de cidade de boa qualidade de vida, o mesmo não se observa na década de 1990. Eles dizem que a cidade se transformou em uma

(...) ocupação mais densa, em que fazendas com atividades com terras agricultáveis foram substituídas por condomínios fechados, a fim de atenderem à demanda de imigrantes (a maioria paulistanos) abastados que chegaram à região. (MIGLIORANZA; CUNHA, 2006, p. 541)

Paralelamente, as pequenas e médias empresas saíram da cidade, enquanto as grandes diminuíram seu quadro de funcionários. A cidade desenvolveu atividades para atender à demanda dos moradores dos condomínios, como serviços de jardinagem, comércio de móveis de decoração, redes de *fast-food*, salões de beleza, academias etc.

Os autores acrescentam ainda que

Dados da prefeitura municipal de Valinhos mostram que, no período 1991-1996, foram a provados e implantados 29 *condomínios fechados horizontais*. Para melhor compreensão do que este número representa, pode-se compará-lo com o de São José dos Campos, cidade do interior de São Paulo com mais de 500 mil habitantes e apenas 12 *condomínios fechados*, no total. (MIGLIORANZA; CUNHA, 2006, p. 541)

É importante ressaltar que esse período corresponde exatamente ao momento em que o *Jornal Terceira Visão* noticiou a iniciativa de restauração da casa de Flávio de Carvalho com verbas provenientes da Secretaria Estadual de Cultura, em 1994. Posteriormente, à iniciativa do secretário de Cultura

do município, Antônio Stopiglia, de abrir a casa para visitação sob o regime de comodato da prefeitura com a família, o que aconteceu precariamente.

Quanto aos condomínios, esses espaços fechados e particulares geram uma nova forma de “segregação socioespacial”, bloqueando a integração entre grupos de pessoas e partes da cidade e, no mesmo sentido, sua parte interna, antes pública e livre, torna-se de acesso restrito aos condôminos e agentes de segurança. Em detrimento dos espaços públicos e das grandes áreas de espaço verde de mata nativa - sem contar a redução de suas reservas aquíferas – a cidade optou pelo desmatamento e pela privatização de seus territórios. Segundo Miglioranza e Cunha, essa dinâmica de cidade provoca mudanças no cotidiano de seus habitantes, com os chamados enclaves fortificados, que são

(...) uma nova maneira de organizar a segregação, a discriminação social e a reestruturação econômica. Diferentes classes sociais vivem mais próximas umas das outras, mas são mantidas separadas por barreiras físicas e sistemas de vigilância e controle. (MIGLIORANZA; CUNHA, 2006, p. 543)

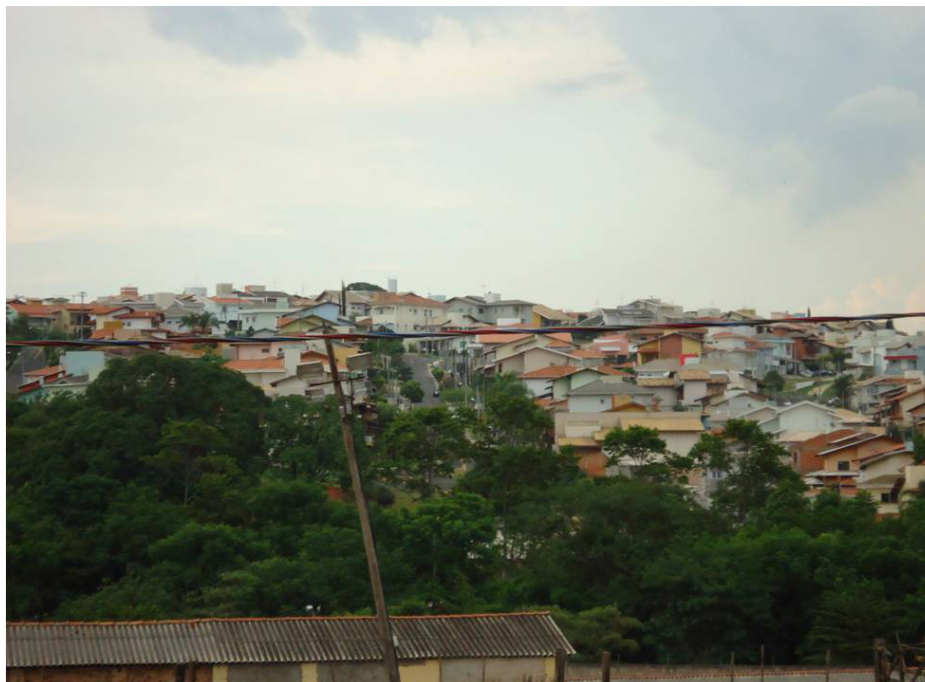
No que se refere à Casa Modernista da Fazenda Capuava de Flávio de Carvalho, observa-se claramente essa segregação socioespacial. De acordo com o trabalho *A Fazenda Capuava em Valinhos: estudo de caso de evolução urbana*, escrito por Rodrigo Henrique Busnardo de Souza em 2009:

Atualmente a Fazenda Capuava, quase inteiramente urbanizada, possui em seu território: a sede modernista tombada; a A.C.E.S.A- Capuava (escola particular para deficientes¹⁵); a sede antiga (casarão simples, de estilo colonial); o bairro denominado “Conjunto Habitacional de Interesse Social Valinhos B - Jardim São Marcos”, de propriedade da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU), contendo vários equipamentos urbanos, entre eles, escolas igrejas, comércio etc.; o *condomínio fechado, denominado Terras do Caribe*; o *condomínio fechado, denominado Terras do Oriente*, ambos, pertencentes ao bairro Jardim Alto da Colina; o extinto shopping Caribe Center; a escola particular de educação infantil e ensino fundamental, denominada Nova Escola, pertencente ao bairro Samambaia; uma extensão de terra situada na parte de trás da sede modernista, sendo parte dela formada por uma pequena mata remanescente. (SOUZA, 2009, p. 110-111)

15. Pessoas com deficiência.

FIGURA 5

Vista a partir do Jardim da frente da casa modernista. Ao fundo, urbanização em antigo terreno pertencente à fazenda Capuava, 8.12.2012. Foto do Autor.



Naturalmente, com a crescente urbanização das últimas décadas, boa parte da antiga Fazenda Capuava foi vendida e ocupada por equipamentos urbanos públicos, mas, como de costume na cidade, também por condomínios particulares horizontais de alto padrão. É importante destacar que a segregação socioespacial realizada pelos condomínios horizontais é muito maior do que pelos verticais. Com uma área mais ampla, segrega não só a população mais pobre que habita as adjacências, como o CDHU Jardim São Marcos, mas impede e limita o acesso, mesmo que de passagem, das pessoas que circulam pela cidade. Outro importante fato a se destacar é que esses condomínios horizontais vendem a promessa de qualidade de vida, lugar pacato, sem violência e, principalmente, com áreas verdes, de acesso único e exclusivo dos condôminos, mas, para cada área verde “preservada” que garante “qualidade de vida” ao cliente que compra, uma área aproximadamente dez vezes maior é desmatada.

Enquanto essa transformação urbana se desenvolvia ao redor do patrimônio histórico-cultural em questão, em 8 de agosto de 2002 foi publicada

no jornal *Folha de S. Paulo* reportagem de Francesca Angioli, intitulada *Casa de Flávio de Carvalho será recuperada* que mencionava um processo de restauração do imóvel, em acordo entre a Casa da Cultura de Valinhos, familiares e o Condephaat. As obras de restauro seriam realizadas pela arquiteta Adriana Monteiro, encarregada pela família, e o processo acompanhado pelo arquiteto Flávio Moraes, do Condephaat¹⁶. Nesse contexto, em 2004¹⁷ foi realizada uma mostra de trabalhos de Flávio de Carvalho no espaço com o objetivo de divulgar o projeto de recuperação do imóvel, que passou a abrigar a Fundação Flávio de Carvalho, ligado à Associação Cultural Educacional Social e Assistencial (ACESA), descrita como uma:

(...) entidade sem fins lucrativos, que trabalha com pessoas com deficiência. Seu principal objetivo é trabalhar para o desenvolvimento das potencialidades humanas por meio do atendimento múltiplo nas áreas de Saúde, Educação e Cultural, e atualmente começando a investir também na área de profissionalização.¹⁸

A entidade ACESA foi iniciativa de Heloisa de Carvalho Crissiuma, neta de Custódio Ribeiro, herdeira da propriedade que se mostrou aberta ao projeto de restauração e abertura da casa para visitação pública. Ela diz: “Eu também não acho justo: embora eu seja da família, acho que, como patrimônio, tem de ser preservado, as pessoas têm de ter oportunidade de vir, ver.”¹⁹ Na mesma matéria, Heloisa ainda se queixa do Condephaat e da burocracia que as iniciativas de restauro implicam, impedindo a manutenção do imóvel.

Do projeto de 2004, realizou-se na casa uma pequena restauração, com projeto do arquiteto Lucas Otávio Rotta²⁰. É importante ressaltar ainda

16. ANGIOLILLO, Francesca. Casa de Flávio de Carvalho será recuperada: Condephaat autoriza família a fazer obras e dar ao imóvel uso privado, desde que o público possa agendar visitas. *Folha de S. Paulo*, Ilustrada, 08 ago. 2002.

17. In: OLIVEIRA, Victor Hugo Marianno. *A Casa de Flávio de Carvalho: conservação, reconhecimento local e potencial turístico*. Trabalho de Conclusão de Curso, Curso de Turismo, Universidade Estadual Paulista/Rosana, 2012, p. 45.

18. De acordo com: <<http://acesacapuava.blogspot.com.br/>> Acesso em: fev. 2016.

19. ANGIOLILLO, Francesca. Casa construída por Flávio de Carvalho em Valinhos (SP) beira à ruína. *Folha de S. Paulo*, Valinhos. 26 fev.2002.

20. OLIVEIRA, Victor Hugo Marianno. *A casa de Flávio de Carvalho: conservação, reconhecimento local e potencial turístico*. 2012. 80 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Turismo), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rosana, 2012.

que o espaço sofreu pequenas alterações em suas imediações como forma de atender às necessidades de locomoção dos alunos da ACESA. Heloisa Crissiuma morreu em 2005 e, desde então, associação e casa modernista passaram a ser administradas por seu filho, Ricardo de Carvalho Crissiuma Piscioti. De acordo com Ricardo, em entrevista concedida em 2012,

(...) manter esse patrimônio é muito oneroso, visto que o interesse público e privado com a casa é nulo. (...) atualmente a fazenda está em processo de venda para uma construtora de Valinhos, porém, o contrato só será realizado com a liberação por parte da prefeitura para sua exploração. (OLIVEIRA, 2012, p. 47)

Em vista da ampla e complexa situação que envolve a Casa Modernista da Fazenda Capuava de Flávio de Carvalho, das fontes de que dispomos pudemos observar que há um grande debate acerca da preservação da casa e de seu uso. Das partes envolvidas, os herdeiros da família, a prefeitura da cidade de Valinhos e o Condephaat, a família se mostrou disposta a fazer algo com o espaço, porém, queixando-se da burocracia do Condephaat e dos altos custos de manutenção da propriedade. Da parte da prefeitura, desde a morte de Flávio de Carvalho, as promessas se perderam no tempo sob a argumentação de falta de verbas.

Em relação ao Condephaat, o Processo nº 68200/2013, Estado de Conservação refere-se a uma vistoria realizada pelo Condephaat em 28 de janeiro de 2013, assinada por Marília Babour, coordenadora da Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico (UPPH), mas não apresenta resoluções. Os documentos contêm fotografias do bem tombado feitas por Priscila M. Miura em 27 de junho de 2012, classificando como ruim o revestimento e a estrutura da casa e como regular seu estado de conservação, cobertura, paredes, piso e caixilhos.

Entretanto, é importante frisar que por se tratar de uma propriedade particular, a conservação e eventual restauração de um imóvel tombado cabem em primeiro lugar ao seu proprietário²¹, de acordo com a opção Perguntas Frequentes, disponível no sítio eletrônico do Condephaat. Em caso de falta de verbas próprias para a preservação do imóvel, como é o

21. Disponível em :<<http://www.cultura.sp.gov.br/portal/site/SEC/menuitem.c6d8f9f146d654d9b-83f9110e2308ca0/?vgnnextoid=a26636ebe0a31210VgnVCM1000002e03c80aRCRD&vgnnextchannel=a26636ebe0a31210VgnVCM1000002e03c80aRCRD#Pergunta9>>. Acesso em: jun. 2016.

caso, ao que parece, o Condephaat indica a existência de incentivos para conservação e restauração, como as Leis de Incentivo à Cultura, Lei Rouanet e ProaAC, que a partir de projetos como “Patrimônio Histórico e Artístico” ou “Restauração e Conservação de bens protegidos por órgão oficial de preservação” podem ser encaminhados à Secretaria de Estado da Cultura e sujeitos a aprovação, para posterior contratação de empresa responsável. Das informações de que dispomos, até o momento não conseguimos identificar novos projetos que caminhem nessa direção.

Das atribuições que cabem ao Condephaat, de acordo com a Lei nº 10.247, de 22 de outubro de 1968, que cria o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do estado, criado pelo art. 128 da Constituição Estadual, em seu Artigo 2º, Parágrafo Único, incisos II, III, IV e V, caberá ao Conselho:

- II – celebrar convênios ou acordos com entidades públicas ou particulares, visando à preservação do patrimônio de que trata este Artigo;
- III – propor a compra de bens móveis ou seu recebimento em doação;
- IV – sugerir a concessão de auxílio ou subvenções a entidades que objetivem as mesmas finalidades do Conselho, ou a particulares que conservem e protejam documentos, obras e locais de valor histórico, artístico ou turístico;
- V – ter a iniciativa de projetar e executar às expensas do Estado as obras de conservação e restauração de que necessitem os bens públicos ou particulares discriminados neste Artigo;

Vale notar ainda que, embora não se observe nenhuma atividade prática em relação às visitas ou mesmo atividades realizadas na Casa Modernista por parte da prefeitura, ainda hoje o artista e sua casa são anunciados como atividade cultural da cidade de Valinhos, através de agendamentos sem muitas especificações, de acordo com informações disponíveis em panfletos distribuídos pela Secretaria de Cultura da Cidade divulgando as atividades culturais do ano de 2015.

Se a cidade optou, como procuramos demonstrar, por uma política de desenvolvimento que prioriza espaços privados em detrimento dos espaços públicos e de sua área verde em relação à casa, as promessas do antigo prefeito beiram a desinformação ou caem no esquecimento devido a um mero “propagandismo” por meio de imagens. Para Flávio de Carvalho, ao

contrário, sua casa é fruto de uma poética de pura imaginação, um espaço aberto de preservação e fomentação de áreas verdes; do diálogo clássico da arquitetura moderna, entre áreas internas e externas; lugar de festas, encontros, discussões, produção artística e liberdade intelectual e moral que hoje quase cai no esquecimento, perdendo-se sua memória. Ora, se a Casa Modernista é um patrimônio histórico cultural e, se o Decreto-Lei 25/1937 (que organizou o patrimônio no Brasil e ainda serve de guia) estatuiu que:

Art. 1º Constitui o patrimônio artístico e histórico nacional, o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

É de se compreender o porquê de a casa ser tombada em 1982 sob essa prerrogativa, em que as instituições, no caso, o Condephaat, eram quem instituía e determinavam o que era patrimônio para a sociedade. Porém, isso mudou um pouco a partir da Constituição de 1988, ligada às mudanças de concepção de patrimônio em âmbito mundial. O artigo 216 da Constituição toca diretamente nesse ponto:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (...).

Se o tombamento realizado pelo Condephaat em 1982 diz que esse bem tem valor histórico-cultural, significa dizer que não é sua arquitetura original que é digna de ser preservada, mas seu significado histórico e cultural. Nesse sentido, se a casa deve ser preservada - segundo as afirmações dos herdeiros de Flávio - qualquer restauro a ser realizado no patrimônio necessita da autorização do órgão responsável, ou seja, o Condephaat -, o significado histórico e cultural da casa se coisifica em sua matéria. Ainda nessa linha, significa dizer que um bem de valor histórico e cultural como a Casa Modernista de Flávio de Carvalho, tem duas dimensões, material e imaterial. Segundo Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes,

(...) o patrimônio cultural tem como suporte, sempre, *vetores materiais*.

Isso vale também para o chamado *patrimônio imaterial*, pois se todo patrimônio *material tem uma dimensão imaterial de significado e valor*, por sua vez todo *patrimônio imaterial tem uma dimensão material que lhe permite realizar-se*. As diferenças não são ontológicas, de natureza, mas basicamente operacionais. (MENESES, 2009, p. 31)

A partir dessa noção de Meneses, é possível afirmar que, se a casa de Flávio de Carvalho tem como justificativa de tombamento ser um bem de valor histórico-cultural, isso significa que o valor imaterial fez dela algo de significado histórico-cultural e, como se sabe, são amplas suas justificativas. Além de possuir uma arquitetura arrojada para seu tempo, que dialogava com as noções de arquitetura moderna do período, o espaço de vivência que lá se constituiu, com visitas de artistas e intelectuais do mundo todo, tem a ver com a própria história do desenvolvimento das artes no Brasil. Desse modo, o tombamento da Casa Modernista e, principalmente, sua preservação e abertura para acesso público. é a dimensão material que permite ao patrimônio imaterial se realizar.

Nesse sentido, preservação e divulgação de sua história e de sua produção artística, a casa tem de se tornar um bem de acesso público de modo a se realizar enquanto patrimônio, pois, se isso não acontece se perde sua memória, não se criam vínculos sociais nem mesmo valores afetivos que “(...) constam de vinculações subjetivas que se estabelecem com certos bens (...)”. (MENESES, 2009, p. 36)

As peculiaridades que envolvem a Casa Modernista de Flávio de Carvalho e a opção tomada pela cidade de Valinhos de expandir áreas privadas em detrimento dos espaços públicos em meados da década de 1990, coincidem com o problema observado e discutido pela *Declaração de São Paulo II*, de julho de 1996, e com as recomendações brasileiras à XI Assembléia Geral do ICOMOS que, de modo geral, teve como objetivo discutir o tema central da *Declaração de Sofia*, de outubro de 1996, em vista a problematizar a necessidade de enfrentar os conflitos entre a expansão urbana e a preservação de patrimônios culturais no país. Dentre as várias recomendações, a *Declaração de São Paulo II* sugere fazer do Icomos uma instância de defesa dos bens culturais, entendidos como símbolos das coletividades, em face das ameaças de sua destruição por ação privada ou

mesmo pública. Deste modo, preservar a materialidade da Casa Modernista de Flávio de Carvalho é tarefa fundamental, não apenas do Icomos, mas também da sociedade, na medida em que permite manter viva a memória histórica e cultural deste patrimônio.

A falta de preservação, ou mesmo de uma maneira de fazer com que se constitua como espaço de acesso ao público, pode fazer com que a família não resista a um bom montante de dinheiro vindo das empreiteiras especializadas em condomínios que já batem à sua porta, em detrimento do valor imaterial que o bem material representa como referencial a ser preservado.

Entre os dias 14 e 17 de setembro de 2015, apresentamos uma versão resumida deste trabalho no II Seminário de Estética e Crítica de Arte, promovido pelo Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo, intitulado *Arte e política: territórios em disputa*. Naquele momento, nossa intenção era apenas levantar o problema que o caso apresenta e propor reflexões acerca da questão, no tempo que esses tipos de atividades permitem. Entretanto, durante as pesquisas realizadas em 2016 no Condephaat encontramos dois processos sintomáticos.

O primeiro deles, nº 75384/2015, Serviços de Conservação, com data de 30 de setembro de 2015, trata de um estudo detalhado das condições de preservação do imóvel e das medidas necessárias para restauro, realizado pelo arquiteto Ricardo Leite Filho, representante da empresa Território – Serviços Administrativos e Participações LTDA – ME, solicitando autorização para obra de conservação de bem tombado da Casa Sede da Fazenda Capuava. O processo se encontra ainda em trâmite junto ao Condephaat e sua última folha descreve reunião realizada no órgão de preservação no dia 26 de abril de 2016. O outro processo, de nº 75279/2015 pedido de aprovação de intervenção, com data de 7 de outubro de 2015, da empresa Território – Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda – EPP, de propriedade de Ricardo de Carvalho Crissiuma Pisiciotta, submete à apreciação ao Condephaat referente ao empreendimento Loteamento Residencial Reserva da Mata, nas terras da área envoltório da Casa Sede da Fazenda Capuava, em virtude do tombamento da casa de Flávio de Carvalho. Em linhas gerais, é um pedido de autorização junto ao Condephaat de loteamento das terras pertencentes à Fazenda Capuava para transformação, ao que parece, em um condomínio fechado horizontal, com plantas e demonstrações das

áreas dos lotes e resoluções de como ficariam em relação ao bem tombado. Também ainda em trâmite, a folha 147 é a última deste processo, como a mencionada anteriormente, e descreve a mesma reunião realizada no órgão de preservação no dia 26 de abril de 2016.

Embora de nomes diferentes, trata-se da mesma empresa solicitante dos dois processos, de propriedade de Ricardo de Carvalho Crissiuma Pisiciotta, atual herdeiro da propriedade que pertencia a Flávio de Carvalho. A divergência se deve a um erro de alteração, sendo o nome empresarial correto Território – Serviços Administrativos e Participações Societárias LTDA – EPP, de acordo com a folha 11 do processo nº. 75279/2015. Uma apreciação desses dois processos encontrados recentemente demandaria mais páginas e leituras mais técnicas das propostas apresentadas, mas esta não é nossa intenção neste trabalho, cabendo, talvez a uma segunda parte deste artigo que possa ser feita no futuro. O que nos interessa ressaltar agora é que no momento em que realizávamos nosso seminário em setembro de 2015, levantando os problemas relacionados ao bem tombado, duas propostas, feitas pela mesma empresa e com os mesmos e divergentes interesses, estavam sendo encaminhados ao Condephaat: um projeto de preservação do imóvel e outro de privatização e loteamento de sua área envoltória.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se nossa intenção, em setembro de 2015, foi problematizar a situação da Casa Modernista de Flávio de Carvalho, de modo que dialogasse com o tema do seminário, a nosso ver a situação apresenta um caso onde arte e política se misturam, dialogam e fazem do espaço um território de/em disputa, como pretendemos questionar no título deste trabalho, reforçada pelas propostas, projetos e nome da empresa Território - Serviços Administrativos e Participações Societárias.

Em suma, longe de pretendermos soluções ou mesmo respostas prontas ao caso, nossa intenção é apenas levantar os problemas que envolvem a situação, de modo a abrir espaços de reflexão e ação social, uma vez que as partes envolvidas, ao que parece desconhecem ou mesmo não se preocupam em realizar suas tarefas enquanto agentes sociais.

Tal imobilidade social das instituições responsáveis impede a instauração de poderes constituintes de propagação cultural, afinal cultura pode

ser tomada num campo específico de criação: “(...) criação da imaginação, da sensibilidade e da inteligência que se exprime em obras de arte e obras de pensamento, quando buscam ultrapassar criticamente o estabelecido”. (CHAUI, 2006, p. 135) Em última instância, a cultura é algo que se transmite e principalmente se preserva, um direito do cidadão e os órgãos públicos devem, acima de tudo, “(...) assegurar o direito de acesso às obras culturais produzidas, particularmente o direito de fruí-las, o direito de criar as obras, isto é, produzi-las, e o direito de participar das decisões sobre políticas culturais”. (CHAUI, 2006, p. 136)

Assim, os órgãos públicos devem assegurar o direito à sociedade de criar, produzir e participar das decisões sobre as políticas culturais, conscientes das peculiaridades que envolvem cada bem de valor histórico-cultural e das diferentes possibilidades de ação junto aos órgãos de preservação responsáveis, numa tentativa de retomar a promessa do antigo prefeito da cidade, a restauração definitiva da casa e a transformação do espaço em um museu (ou mesmo um centro cultural), garantindo assim o acesso à população em geral a este patrimônio de referência à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, evitando assim sua deterioração e esquecimento que a crescente expansão urbana da cidade possa ocasionar.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, V. Louco divino revolucionário maldito. *Revista Design e Interiores*, São Paulo, nº 24, p. 94-98, 1991. *Apud.* BRAGA, Marcos da Costa. Flávio de Carvalho: Uma contribuição ao campo arquitetônico brasileiro. *Revista Intellectus*, ano 4, v.II, p.1, 2005. Disponível em: <<http://www.intellectus.uerj.br/Textos/Ano4n2/Texto%20de%20Marcos%20da%20Costa%20Braga.pdf>>. Acesso em: fev. 2016.

CHAUI, Marilena. *Cidadania cultural*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

CUNHA, J. M. P.; MIGLIORANZA, E. Valinhos: um novo padrão de cidade dormitório? In: José Marcos Pinto da Cunha (org.) *Novas metrópoles paulistas - população, vulnerabilidade e segregação*. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2006. p.539-560.

DAHER, Luiz Carlos. *Flávio de Carvalho: arquitetura e expressionismo*. São Paulo: Projeto, 1982.

DURAND, José C. Le Corbusier no Brasil: negociação política e renovação arquitetônica. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ano 6, nº16, 1991. *Apud.* BRAGA, Marcos da Costa. Flávio de Carvalho: uma contribuição ao campo arquitetônico brasileiro. *Revista Intellectus*, ano 4, v. II, p.1, 2005. Disponível em: <<http://www.intellectus.uerj.br/Textos/Ano4n2/Texto%20de%20Marcos%20da%20Costa%20Braga.pdf>>. Acesso em: fev. 2016.

INSTITUTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Declaração de*

São Paulo II. 1996. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Sao%20Paulo%201996.pdf>>. Acesso em: jun. 2016.

LEITE, Rui Moreira. O arquiteto Flávio de Carvalho. In: *Exposição Flávio de Carvalho, 17º Bienal de São Paulo de 14 de outubro a 16 de dezembro de 1983*, Parque Ibirapuera, 1983. (Catálogo)

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In: *I Fórum nacional de patrimônio cultural: sistema nacional de patrimônio cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão*. Ouro Preto/MG, 2009. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico, Brasília, DF: Iphan, 2012.

OLIVEIRA, Victor Hugo Marianno de. *A casa de Flávio de Carvalho: conservação, reconhecimento local e potencial turístico*. Trabalho de Conclusão de Curso (Turismo) pela Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Rosana, 2012.

OSÓRIO, Luiz Camilo. *Flávio de Carvalho*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

SOUZA, Rodrigo Henrique Busnardo de. *A Fazenda Capuava em Valinhos: estudo de caso de evolução urbana*. 2009. 159 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) - Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2009.

TOLEDO, J. *Flávio de Carvalho: o comedor de emoções*. São Paulo: Brasiliense; Campinas: Universidade de Campinas, 1994.

Artigo recebido em: 29/02/2016

Artigo aprovado em: 17/11/2016